

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.686 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2003

Lula entrega na quarta ao Congresso textos das reformas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva virá ao Congresso Nacional nesta quarta-feira, às 16h, para entregar os textos das reformas tributária e da Previdência aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha. Essa é a terceira vez neste ano que Lula comparece ao Congresso. A primeira foi para a posse, em janeiro. A segunda, em fevereiro, quando ele leu a mensagem presidencial durante a abertura dos trabalhos das duas Casas legislativas. O governo federal considera as duas reformas fundamentais para a retomada do crescimento econômico.

Relator propõe regime mais severo para preso perigoso

Demostenes Torres apresenta hoje à Subcomissão de Segurança Pública seu relatório sobre o projeto do Executivo que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Ele defende a criação de dois regimes disciplinares para presos, sendo o mais rigoroso com duração de 720 dias, prevendo cela individual, sem contato com outros detentos e agentes.

PÁGINA 3

Certidões de casamento, nascimento e óbito podem ser gratuitas

O Plenário do Senado realiza hoje sessão deliberativa em que, além de vários requerimentos, será examinada a proposta de autoria do senador Pedro Simon determinando a gratuidade para registro e primeira emissão de certidões.

PÁGINA 5



Márcio Kallme

Reunião do Conselho de Ética está marcada para amanhã às 17h

Conselho de Ética vota pedido de abertura de processo contra ACM

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar analisa amanhã o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior sobre escuta telefônica ilegal na Bahia. O relator pede a abertura de processo de cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 2

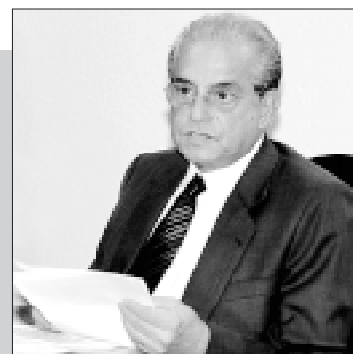


Servidores terão aulas de alfabetização nas duas horas finais do turno de trabalho

Senado inicia em maio programa para alfabetizar funcionários terceirizados

PÁGINA 4

Ministro debate com senadores a construção de casas populares



Célio Azevedo

Ramez Tebet preside a CAE, que recebe Olívio Dutra amanhã

PÁGINA 5

Biblioteca vai completar 177 anos facilitando acesso do usuário

PÁGINA 6

Conselho de Ética analisa abertura de processo contra Antonio Carlos

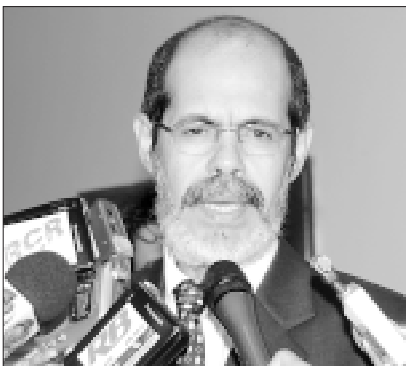
Relatório de Geraldo Mesquita Júnior, que pede a cassação do mandato do senador baiano por envolvimento com escuta telefônica ilegal na Bahia, deve ser votado amanhã



Gilberto Mestrinho preside Comissão de Orçamento, que recebe ministro amanhã

O relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) pela abertura de processo de cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) deverá ser analisado amanhã, às 17h, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Na última reunião, logo após o relator ter apresentado seu parecer, o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), concedeu vista coletiva da matéria.

O parecer de Mesquita Júnior conclui que Antonio Carlos divulgou informações colhidas mediante escuta telefônica ilegal na Bahia. Na avaliação do relator, esse é um



Geraldo Mesquita Júnior não considera cabíveis punições mais leves para o caso

ato que fere a ética e o decoro parlamentar e, portanto, justifica seu pedido de cassação de mandato. Ele transcreveu trecho de gravação feita por jornalistas da revista *IstoÉ*, na qual o senador baiano se

mostra irritado porque as fitas da escuta ilegal teriam sido destruídas.

— Ao revelar sua irritação com a destruição das fitas, o senador nos leva a acreditar que, se não mandou grampear, tinha conhecimento da prática do crime — assinalou Mesquita Júnior.

O relator também registrou que as hipóteses de advertência e censura ou suspensão temporária do mandato de Antonio Carlos não são cabíveis, pois o senador pela Bahia já foi advertido pela Mesa do Senado na legislatura passada (durante as discussões com o ex-senador Jader Barbalho) e em outra ocasião renunciou ao mandato (no caso da violação do painel de votações do Senado).

Senadores votam repúdio à repressão em Cuba

Dois requerimentos com votos de repúdio e censura à recente decisão do governo de Cuba de fuzilar três cidadãos que tentavam fugir para os Estados Unidos e de condenar a até 27 anos de prisão 78 dissidentes do regime de Fidel Castro serão examinados amanhã, a partir das

12h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM), o primeiro requerimento contém uma moção “de repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários

ao regime cubano”.

Embora tenha opinado pela aprovação, o relator, senador Tião Viana (PT-AC), elaborou um parecer ajustando alguns termos do requerimento, que exige do governo brasileiro um repúdio veemente a esses “atos de violência”, um “posicionamento claro” na defesa dos dissidentes e uma “gestão decisiva” junto ao governo cubano para a imediata liberação dos presos.



José Agripino e Jefferson Péres pedem que Senado condene violação das liberdades individuais em Cuba



Ao justificar a revisão da proposta, Tião Viana argumentou que a condenação pura e simples “de pouco ou nada” contribuiria para o aprimoramento do regime cubano. Na sua opinião, isso poderia ser alcançado de forma mais eficiente com a ampliação do diálogo internacional.

O outro requerimento foi apresentado por Jefferson Péres e solicita voto de censura ao governo de Cuba por “flagrantes violações” aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero. O parlamentar explicita, com a proposta, a intenção de “contribuir para a quebra de verdadeiro tabu do silêncio que ainda une parcelas ponderáveis da esquerda brasileira em um sinistro conluio com a mais antiga ditadura das Américas”.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/99, dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); Requerimentos nºs 217/03, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 103/99 e 220/00 com os de nºs 169 e 502, de 1999, que já se encontram apensados, por regulararem a mesma matéria; e 218, 219 e 234, de 2003, do senador Osmar Dias, solicitando, respectivamente, que sobre o PLC nº 95/03 seja ouvida, também, a Comissão de Educação; que sobre o PLC nº 30/02, tramitando em conjunto com PLS nº 9/02, seja ouvida, também, a Comissão de Educação; e a retirada em caráter definitivo do PLS nº 167/00; e substitutivo ao PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação.

COMISSÃO

18h — Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Pauta: PLC nº 12/03, altera a Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 96/02, submetendo à deliberação do Senado a escolha do nome de Synesio Sampaio Góes Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo também junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo; Mensagem nº 69/03, solicitando a retirada da Mensagem nº 298/02, de indicação de Valdemar Carneiro Leão Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela; e PLSs nºs 135, 136, 137, 138 e 139, de 1997, autorizando a criação de distritos agropecuários em municípios de Roraima.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outras matérias, votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição Federal (destina o percentual de 0,5% da arrecadação do IR do IPI para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição Federal, estabelecendo que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99, altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento).

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Roosevelt Pinheiro



José Cruz

Magno Malta e Sibá Machado estiveram em Palermo, na Itália, para encontro com magistrados que combateram a máfia

Parlamentares conhecem Operação Mãos Limpas

Os senadores Magno Malta (PL-ES) e Sibá Machado (PT-AC) e a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) visitaram, na última quinta-feira, a sede da Fundação Giovanni e Francesca Falcone, em Palermo (Itália). Os três parlamentares estão no país para conhecer em detalhes a Operação Mãos Limpas, ação liderada por um grupo de magistrados que conseguiu levar a julgamento centenas de membros da máfia italiana.

A fundação foi criada em 1992 após o assassinato pela máfia do juiz Giovanni Falcone e sua esposa. O juiz foi pioneiro na luta contra o crime organizado na Itália. Além da visita à fundação, eles estiveram com o subprocurador da Repú-

ca Alfredo Morvillo, que relatou as medidas que foram tomadas para combater o crime organizado no país, entre elas a prisão perpétua.

Magno Malta considerou o encontro como "extremamente significativo". Segundo ele, a união de forças é fundamental para a redução da influência das associações criminosas sobre os poderes do Estado.

— Não se pode pensar em enfrentar o crime organizado com base numa visão estreita que apenas leva em conta o interesse de determinado país, porque se trata de problemas que devem ser enfrentados globalmente, em nível internacional — defendeu o senador.

Camata propõe medidas contra lavagem de dinheiro

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou duas propostas visando ao aperfeiçoamento da Lei de Lavagem de Dinheiro (nº 9.613, de 1998). As duas, um projeto de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC), têm como objetivo principal evitar que o dinheiro adquirido ilícitamente seja transferido pelo criminoso para outras pessoas físicas ou jurídicas, como, por exemplo, seus advogados.

Em seu projeto de lei, Gerson Camata propõe que seja permitido ao juiz, se houver indícios suficientes, decretar o seqüestro dos bens, direitos e valores não só existentes em nome do acusado, como previsto atualmente, mas também aqueles repassados a terceiros, a qualquer título. Também obriga as pessoas físicas ou jurídicas que prestam serviços advocatícios, de consultoria ou de contadoria a informarem à autoridade competente qualquer suspeita sobre a origem ilícita dos recur-



José Cruz

Proposta de Camata: juiz poderá seqüestrar bens repassados a terceiros pelos criminosos

sos de seus clientes.

— A proposta não representa nenhuma inovação temerária. A lei, hoje, já faz essa exigência a bancos, a empresas de corretagem, de *factoring* e tantas outras. A comunicação por parte dos advogados já é obrigatória, por exemplo, na Inglaterra, na China e na Nova Zelândia, tornou-se diretriz da União Européia e é recomendada, também, pelo Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro (Gafi) — afirmou Camata.

Subcomissão vota hoje parecer sobre projeto penal

Relator Demostenes Torres decidiu apresentar emendas à proposta de mudanças na legislação que trata do cumprimento de penas

A Subcomissão de Segurança Pública reúne-se hoje, às 18h, para analisar o parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável em parte ao projeto de autoria da Presidência da República que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Por entender que em alguns pontos a proposta "ace-na com mais regalias aos condenados, além de facilitar a prática do desvio de conduta nos estabelecimentos prisionais", o relator apresentará emendas ao texto original.

Na terça-feira passada, em Plenário, Demostenes citou algumas das modificações que pretende fazer. Ele disse ser inaceitável a alteração proposta no artigo 6º da Lei de Execução Penal, transferindo à autoridade administrativa o

direito de conceder a progressão ou regressão do regime de cumprimento da pena sem a intervenção do Ministério Público e do Poder Judiciário.

— A jurisdicalização da execução da pena é uma das conquistas do Direito brasileiro. Renunciar a essa prerrogativa é retrocesso jurídico. O histórico de corrupção nos presídios leva a crer que a matéria pode ensejar a constituição de uma indústria de liberação de presos no país.

Demostenes também irá propor dois regimes disciplinares para os presos. O primeiro, diferenciado, teria duração de 360 dias, prorrogáveis a critério do juiz, com recolhimento em cela individual. O segundo, de segurança máxima, se destinaria a presos de alta periculosidade, com duração de 720



José Cruz

Demostenes Torres acredita que alguns pontos do projeto original podem dar regalias aos presos

dias, recolhimento em cela individual, proibição de aparelhos telefônicos e de som, comunicação vedada com outros presos e agentes penitenciários e limitação de visitas tanto de familiares como de advogados.

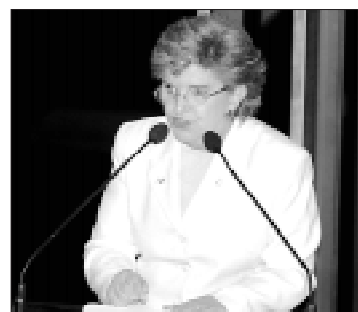
Ministros devem debater trabalho e segurança

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na última semana requerimento da presidente da Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para que seja realizada audiência pública com os ministros do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre as oportunidades de emprego para os jovens e o envolvimento de adolescentes na criminalidade. A data da reunião ainda será agendada

pelo presidente da CAS, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

— Jovens que não tiveram condições de estudar, na faixa de 15 a 24 anos, formam uma grande massa de desempregados e acabam por encontrar na criminalidade uma opção para sobreviver. É preciso que o governo e a sociedade ofereçam alternativas de vida mais justas para elas — afirma a senadora.

Segundo Lúcia Vânia, dados do Ministério da Saúde indicam que



Roosevelt Pinheiro

Lúcia Vânia, presidente da Subcomissão da Criança, apresentou os requerimentos

16% dos brasileiros de 16 a 19 anos já utilizaram algum tipo de droga. Para ela, esse pode ser o início do envolvimento dos jovens com o tráfico e a violência.

Paim quer menor fora da "escola do crime"

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que determina a libertação do menor infrator quando este completar 21 anos de idade e a conversão do tempo restante de internação em prestação de serviços à comunidade.

Paim afirma, na justificativa da proposta, que, ao terminar de cumprir o tempo de internação com trabalhos prestados à comunidade, mesmo que esse tempo restante seja longo, o adolescente tomaria consciência da respon-



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Paim manda que menor infrator cumpra resto da pena com serviços comunitários

sabilidade pelos atos cometidos. Isso permitiria a reeducação dos adolescentes como indivíduos e membros da coletividade.

Para Paulo Paim, o fato de o

projeto permitir que os menores sejam retirados das instituições e integrados à comunidade tornaria possível libertá-los da atração exercida por criminosos adultos.

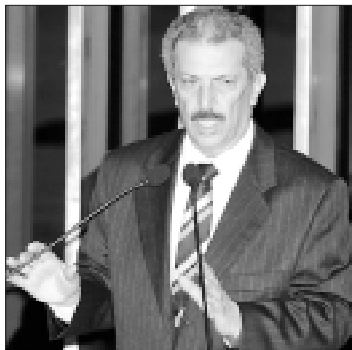
— A marginalização de nossas crianças e adolescentes não se retrata somente no pequeno delito, mas também na comercialização e tráfico de drogas e entorpecentes. Hipótese essa extremamente nefasta para o indivíduo em formação e para a sociedade, pois não só leva as crianças e os adolescentes para o mundo criminal, mas os inserem no vício das drogas, acobertando os grandes traficantes — argumenta Paim.

Senado alfabetizará funcionários terceirizados

40 contratados por empresas prestadoras de serviço terão aulas de alfabetização nas duas horas finais de seus turnos de trabalho. Os professores são 11 voluntários, do quadro de servidores da Casa

A partir do dia 5 de maio, 40 funcionários de empresas prestadoras de serviço ao Senado começarão a receber aulas de alfabetização nas duas horas finais de seus turnos de trabalho. Os professores são 11 voluntários, funcionários do quadro do Senado, formados para a função pelo alfabetizador e consultor legislativo João Bosco. Toda a infraestrutura está sendo garantida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), segundo informação do diretor-executivo do órgão, Florian Madruga.

Para fazer parte do esforço do governo federal em alfabetizar todos os brasileiros, relatou o diretor, o Senado realizou uma pesquisa para saber quantos analfabetos havia na Casa. Foi então constatado que nos quadros do Senado não há, mas entre as em-



Tuma: Senado não pode ficar fora da luta pela erradicação do analfabetismo no país

presas terceirizadas foram encontrados 40 analfabetos.

— Os alunos estão ansiosos para aprender, a reação de todos foi muito positiva — disse Madruga.

A grande inovação da experiência a ser desenvolvida pelo Senado, informou, será que, logo após os quatro meses do curso de

alfabetização, os alunos receberão aulas de iniciação à informática. Segundo o diretor, os participantes serão duplamente alfabetizados: nas letras e no mundo digital.

A realização do curso foi autorizada pela Primeira Secretaria, que tem à frente o senador Romeu Tuma (PFL-SP), e conta com o apoio do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia. Tuma afirmou que é vontade geral da sociedade participar ativamente da luta contra o analfabetismo.

— O Senado não poderia ficar fora dessa luta, uma vez que tem os meios de transmitir esse conhecimento — assinalou Tuma.

Já Agaciel Maia afirmou que a iniciativa reflete a preocupação do Senado em treinar não só seus servidores, mas também promover a inserção social dos funcionários terceirizados.

Mercadante propõe avaliação educacional

A Comissão de Educação (CE) vai analisar, em caráter terminativo, projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que prevê sistema de avaliação do ensino fundamental para garantir o direito do cidadão à educação de qualidade e permitir a verificação do cumprimento dos objetivos educacionais.

Segundo o projeto, que acrescenta dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os resultados da avaliação serão usados pelos sistemas de ensino como subsídio para a formulação



Projeto de Mercadante prevê sistema nacional

de políticas de melhoria da qualidade e da relevância do ensino fundamental.

Na justificativa da proposta, Mercadante afirma que a educação brasileira não tem correspondido satisfatoriamente às necessidades da população, do ponto de vista da sua formação para a cidadania, no acesso ao mundo do conhecimento e da cultura, como para a integração no novo mundo do trabalho e da tecnologia.

Segundo o senador, as avaliações hoje implementadas pelo

Executivo ou por alguns estados apontam dificuldades no cumprimento do direito do cidadão de receber educação de qualidade, “relevante para sua inserção na sociedade”. Mercadante acrescentou que o desempenho dos estudantes tem sido insuficiente em provas feitas pelo Ministério da Educação e em testes internacionais, e observou que os resultados dos exames têm sido pouco úteis para melhorar o sistema.

— Por isso, é necessário construir um sistema nacional, voltado para a melhoria da qualidade e não para estabelecer listas de melhores e piores. Um sistema que permita identificar dificuldades para poder formular soluções.

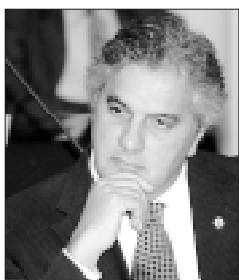
Delcídio quer universitário empreendedor

Estudantes de nível superior poderão aprender técnicas de desenvolvimento do próprio negócio, para lhes possibilitar essa alternativa ao fim do curso. É o que determina projeto de lei do senador Delcídio Amaral (PT-MS), que tramita na Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa.

Em sua justificativa, Delcídio argumenta que a demanda por mão-de-obra no Brasil diminuiu bastante depois que o governo federal parou de conduzir empreendimentos de porte, como na época de grandes complexos empresariais que geravam muitos empregos para egressos de curso superior.

A situação atual é diversa, recordou o senador, e o universitário precisa aprender a se qualificar como empresário, para montar seu próprio negócio e gerar empregos para outros que não tenham essa capacitação.

Pelo projeto, as grades curriculares dos cursos superiores do país deverão conter, obrigatoriamente, uma disciplina com no mínimo 15 horas-aula, em que serão discutidos temas que preparem os estudantes para desenvolver sua empresa.



“É preciso ensinar a pescar”, diz Delcídio Amaral

O senador disse ser essa a maneira mais eficiente de compensar o enfraquecimento da demanda de mão-de-obra provocada pela incapacidade financeira do Estado brasileiro de ser o grande empreendedor nacional.

— A universidade precisa preparar seus estudantes também para se tornarem empresários, dentro do princípio chinês de não dar um peixe, mas ensinar a pescar — concluiu Delcídio Amaral.

FHC transformou ensino fundamental, diz Jucá

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu reduzir em cerca de 73% o número de funções docentes sem qualificação na educação infantil e no ensino fundamental, em um período de sete anos, afirmou Romero Jucá (PSDB-RR). Ele



Jucá destacou redução do número de professores leigos

observou que o número de professores leigos de 1ª a 4ª séries caiu de mais de 262 mil para 70 mil no período de administração do então ministro da Educação Paulo Renato Souza, representando atualmente menos de 7% do total de docentes desses dois níveis educacionais.

— Ocorreu um processo abrangente de substituição de professores leigos por formados, especialmente nos sistemas de ensino municipal do Nordeste — disse Jucá.

O senador detalhou os avanços

na área de qualificação profissional no governo passado com base em documento, publicado em dezembro de 2002, intitulado “Desenvolvimento Profissional de Professores — Uma Política de Valorização do Magistério”.

De acordo com o documento, os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foram fundamentais para melhorar os salários dos professores, definir planos de carreira e realizar concursos, principalmente nos municípios mais pobres. Mais de 27 mil professores, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, observou o senador, fizeram o curso de formação de professores de nível médio nos últimos três anos.

Pavan elogia programa para deficientes auditivos

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou o governo de Santa Catarina, em especial a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pela iniciativa de implantar o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pes-



Iniciativa do governo de SC foi destacada por Leonel Pavan

soas com Surdez (CAS). A medida, acredita o senador, possibilitará que crianças surdas sejam incluídas nas escolas regulares e tenham acesso ao atendimento especial que necessitarem.

A inclusão de estudantes com algum tipo de necessidade educacional especial no ensino regular integra o princípio da universalização da escola, dever constitucional do Estado, lembrou o senador. Daí a necessidade de criação do CAS, para resolver as deficiências no ensino de crianças surdas.

— O preconceito, aliado à falta

de formação técnica dos profissionais do ensino regular, faz com que muitas pessoas portadoras de deficiência sensorial ainda sejam alijadas da escola. Além disso, a elevada rotatividade dos professores e a desarticulação deles com as escolas deixaram ainda mais desamparadas as pessoas necessitadas de atenção especial — afirma Pavan.

Entre os objetivos do CAS, destacados pelo senador, estão a criação de estrutura de produção de material pedagógico adaptado para a Língua Brasileira de Sinais (Libras); a promoção de cursos de formação continuada de Libras aos profissionais que atuem direta ou indiretamente com alunos surdos; e a garantia de acesso dos educandos com deficiência auditiva a recursos necessários a seu atendimento educacional.

Emenda garante certidões gratuitas

Proposta de autoria de Pedro Simon será discutida hoje pelo Plenário do Senado e deve ser votada amanhã. Agenda da semana inclui outras emendas à Constituição e indicações de embaixadores

Para compensar a interrupção das atividades da Casa na próxima quinta-feira, Dia Internacional do Trabalho, o Senado realiza hoje sessão deliberativa ordinária. Na pauta, além de vários requerimentos, a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que determina a gratuidade para registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito.

A matéria terá sua quinta e última sessão de discussão, devendo ser votada amanhã em primeiro turno. Além de vários projetos do senador Romero Jucá (PSDB-RR) autorizando a criação de distritos agropecuários em municípios roimenses, estão também previstas na pauta de votações de amanhã as indicações dos embaixadores em Luxemburgo e na Venezuela. Para Luxemburgo foi indi-



Plenário realiza sessão deliberativa hoje para compensar interrupção de atividades na quinta-feira, Dia Internacional do Trabalho

cado Synesio Sampaio Góes Filho, que acumulará a embaixada em Bruxelas (Bélgica), cargo que já exerce. Para a Venezuela foi indicado Valdemar Carneiro Leão Neto. Ambos são ministros de primeira classe do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores.

A sessão de quarta-feira começará às 10h e tem três PECs na pauta. A primeira, que terá sua votação final (em segundo turno), foi apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e destina 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados

às instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal.

Outra PEC, de autoria do ex-senador Carlos Patrocínio, estabelece que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas do Senado e da Câmara dos Deputados. A terceira, apresentada também por Simon, cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento.

Entre os 17 itens da pauta de quarta-feira está também o substitutivo ao projeto de resolução do ex-senador Paulo Hartung que obriga o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom). A matéria será votada em turno suplementar.



Para Osmar Dias, não se devem engessar relações entre organismos públicos e privados

Educação analisa direitos sobre material genético

A Comissão de Educação (CE) deve votar amanhã projeto que permite às instituições públicas de pesquisa transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para empresas privadas, observadas certas condições. Substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) ao projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao relatar a matéria, Osmar Dias apresentou emenda de mérito à proposta original, do ex-senador Blairo Maggi, que simplesmente proibia a transferência do direito de propriedade intelectual, obtida em pesquisa de material genético vegetal, para entidades privadas. Segundo o relator, essa não é a melhor forma de garantir os direitos adquiridos com os investimentos públicos.

De acordo com o senador, o país não pode correr o risco de engessar as relações entre os organismos públicos e seus congêneres privados, com a proibição rígida de transações entre elas. Osmar Dias afirmou ser vital ao desenvolvimento dessas instituições a preservação da sua liberdade de entabular negociações com parceiros diversos.

RÁDIOS E TVS

O Senado pode rever os critérios que regem a análise dos atos de outorga e renovação dos canais de radiodifusão. Também consta da pauta da CE projeto que prioriza o efeito social da programação das emissoras como critério para análise. De acordo com o relator do projeto, senador Gerson Camata (PMDB-ES), o objetivo é fazer com que as estações de rádio e de televisão observem os compromissos assumidos quando das outorgas para os serviços.



Ideli Salvatti requer presença de Anderson Adauto na Comissão de Infra-Estrutura

Ministro discute transportes com senadores

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, participa amanhã, às 11h, de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). O ministro vai prestar informações aos senadores sobre as propostas de sua área de atuação, de acordo com requerimento aprovado, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Os senadores vêm debatendo os problemas do setor no Plenário e nas comissões. Alguns parlamentares têm reivindicado a recuperação ou a ampliação de rodovias em seus estados, dirigindo apelos ao governo pela destinação de mais recursos nesse sentido.

Neste mês de abril, o Plenário do Senado aprovou projeto de lei de conversão pelo qual foram definidas regras de transferência das rodovias federais para os estados.

Reforma do Judiciário vai logo a votação

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), disse que o Senado tem condições de votar a reforma do Judiciário em 90 dias. Segundo ele, o projeto de reforma que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) precisa de revisão, pois o Poder Judiciário herdou comportamentos da era colonial e desfruta de uma intocabilidade que o levou a desvios como a "indústria de *habeas corpus*".

— Queremos uma reforma que tenha um eixo de identificação com as necessidades da sociedade brasileira. O governo vai enviar propostas novas que se unirão às que já estão tramitando

no Senado. O Ministério da Justiça criou uma secretaria para acompanhar a reforma do Judiciário. O governo tem a mesma responsabilidade do Poder Judiciário e do Parlamento, de impor uma reforma à altura das necessidades da sociedade.

Tião Viana lamentou a posição contrária à reforma da Previdência assumida pelo PDT, "sem ter pleno conhecimento da proposta oficial".



Tião Viana quer reforma identificada com os anseios da sociedade

Em relação à prisão de opositores e à execução sumária de três cubanos, Tião Viana disse que "o Brasil hipoteca solidariedade ao socialismo de Cuba em toda a sua história contra o embargo perverso". No entanto, continuou, o governo brasileiro entende que "é preciso observar *in loco*" qual é a realidade dos direitos humanos naquele país "para definir melhor se Cuba merece ou não uma crítica".

Construção de casas populares em debate

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, participarão amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre as políticas públicas do governo para a construção de casas populares e ações de saneamento e urbanização. A audiência terá início às 10h, na sala nº 19 da Ala Alexandre Costa.

O objetivo da audiência, proposta pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), é subsidiar os sena-

dores acerca das ações da atual administração federal com vistas a atenuar o elevado déficit habitacional do país. O Senado, argumenta o parlamentar na justificativa de seu requerimento, precisa conhecer os projetos e financiamentos para as diferentes camadas da população brasileira, bem como as ações paralelas na área de infra-estrutura de saneamento e urbanização.

Na última quarta-feira o problema do déficit habitacional brasileiro foi tema de debates no Ple-

nário do Senado. O senador João Capiberibe (PSB-AP) reivindicou a flexibilização do limite de endividamento do setor público na área de desenvolvimento urbano — saneamento, transportes e habitação.

O senador argumentou que embora o Brasil necessite de 6 milhões de novas moradias para atender pessoas que vivem em condições subumanas, o rigor no limite desse endividamento impede que estados e municípios tenham acesso aos recursos.

Biblioteca facilita acesso a livro pela Internet

Projeto implantado recentemente pela Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado, permite consulta a livros e periódicos do seu acervo por meio da Internet. Criado há 177 anos, o órgão possui 550 mil volumes, além de 2,7 milhões de recortes de jornais. A instituição reúne o maior conjunto de obras em Ciências Sociais da América Latina, com ênfase nas áreas de Direito e Ciência Política. O órgão

é responsável pelo gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas, coordenando a participação de 15 unidades alimentadoras das bases de dados. O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma, lembrou que a entidade presta atendimento não só aos parlamentares, mas também a pesquisadores. Esta é a primeira de uma série de reportagens sobre o processo de modernização do órgão.

Novo serviço é prestado com rapidez e exatidão

Imagine-se buscando informações sobre qualquer tema, com urgência e sem condições de ir até uma biblioteca para pegar um livro. A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, implantou um projeto de reestruturação capaz de suprir essa necessidade. Para isso, basta o usuário dispor de um computador conectado à Internet ou à rede interna da Casa para acessar os dados que procura, com elevado grau de confiabilidade e rapidez.

Essa facilidade não quer dizer que o leitor poderá ler todos os livros do acervo da biblioteca – apesar da existência de um trabalho contínuo de reprodução de capítulos inteiros e de textos autorizados pelos autores –, mas sim que ela servirá de instrumento qualificado para busca, por meio de uma rede virtual de informações, dos dados procurados. Por meio dessa rede, se poderá localizar, no rol das bibliotecas interligadas, o livro ou periódico de seu interesse.

Em 1997, a biblioteca iniciou a implantação do projeto de modernização de seu sistema de infor-



Simone Vieira: modernização visa atender à crescente necessidade de pesquisas pelos senadores

mações, para adequá-lo às inovações tecnológicas e às crescentes necessidades de seu principal usuário, o senador. A intenção, de acordo com a diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, foi facilitar o acesso do usuário ao acervo sem a obrigatoriedade de deslocamento do interessado, agregando a isto aspectos de dinamismo, interatividade e multidimensionalidade do serviço.

– A visão moderna da gestão de informação aponta para uma bibli-

oteca que não cuida mais apenas de emprestar livros. Hoje, esse espaço é concebido como um centro facilitador do acesso à informação, com o uso de computadores e das redes de telecomunicações – afirmou Simone Bastos.

As inovações incluíram ações de melhorias nos serviços de atendimento aos gabinetes dos senadores e dos demais usuários, a criação de serviços específicos de processos técnicos, de multimeios e, destacadamente, a criação do novo *site* da Biblioteca e da Biblioteca Virtual do Senado Federal.

Segundo a diretora, o serviço possibilita uma maior velocidade de acesso aos livros, artigos de revistas e jornais, obras raras e outros recursos eletrônicos disponíveis na Internet. Ela explicou que o serviço de gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), feito pela Biblioteca do Senado, coordena a participação de 15 unidades cooperantes e alimentadoras das bases de dados pesquisadas. Entre elas, estão as bibliotecas da Câmara, da Advocacia-Geral da União e do Supremo Tribunal Federal.

Acervo de 550 mil volumes

Com um acervo de cerca de 550 mil volumes, entre livros e periódicos, além de uma coleção com 2,7 milhões de recortes de jornais e de 4 mil obras raras, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho possui um dos maiores conjuntos de obras em Ciências Sociais da América Latina, com ênfase nas áreas de Direito e de Ciência Política.

O padrão de catalogação e de indexação utilizado pela Biblioteca do Senado tem qualidade reconhecida e adotada mundialmente, e sua aplicação demandou, de acordo com a diretora, Simone Bastos, três anos de estudo.

A biblioteca conta, atualmente, com uma equipe de 52 funcionários, 25 dos quais formados em Biblioteconomia. Esse quadro de servidores não é suficiente, conforme a diretora, já que o número de atendimentos vem crescendo a cada ano. Entre os anos de 2000 e 2002, foi registrado um aumento de 3% no total de atendimentos. Em média, são atendidas mensalmente 3.500 solicitações.

Além da preocupação constante com a conservação das obras raras, que requerem atenção perma-



Sistema de catalogação e indexação utilizado pelo órgão tem qualidade reconhecida e adotada mundialmente

nente e especializada, a biblioteca promove lançamento de livros, visitas guiadas para grupos de pesquisadores ou de autoridades nacionais e internacionais, e ainda de exposições em feiras de livros do país.

Para a diretora, é fundamental que os parlamentares e todos os demais usuários da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho entendam as facilidades que hoje são oferecidas pelo órgão. A maneira mais rápida de conhecer esses serviços é pela página da biblioteca na Internet, inserida no *site* do Senado.



Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho foi criada por iniciativa do Visconde de Cairu, em 1826, primeiro ano de funcionamento do Senado

177 anos de apoio aos senadores

Criada em 1826, por iniciativa de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, a Biblioteca do Senado Federal completa, no dia 18 de maio, 177 anos de serviços de apoio ao trabalho legislativo, fornecendo informações como subsídios à ação parlamentar. Os Anais da sessão do Senado que aprovou a proposta de criação da biblioteca mostram, na íntegra, os debates suscitados pela idéia do visconde, inclusive as manifestações contrárias, como a do Visconde de Maricá, receoso do aumento de gastos.

Dizia ele: “Os senhores senadores têm livros seus; cada um os deve ler em sua casa”.

Desde então, o acervo de obras cresceu à média de 900 unidades ao mês. A biblioteca, uma das maiores do país, tornou-se referência para aqueles que buscam dados precisos sobre as diversas áreas

do conhecimento, em especial, sobre Direito e Ciência Política.

Simone Bastos Vieira, diretora da hoje denominada Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, explicou que o trabalho de reestruturação e modernização do órgão, empreendido nos últimos cinco anos, inspirou-se no objetivo inicial de sua criação, ou seja, “prestar apoio no campo da informação para o processo legislativo e para as tomadas de decisão dos senadores”.

– A diferença é que agora o acervo da biblioteca é muito maior do que o que pode ser visto em suas prateleiras, e os serviços prestados significativamente ampliados – avalia ela, esclarecendo que, para a atualização constante dos títulos e da metodologia de serviços, são necessários recursos e dedicações contínuos.

Tuma destaca importância do órgão

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), destacou a importância da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, enfatizando o serviço que o órgão presta não apenas aos parlamentares, mas, principalmente, aos diferentes grupos de pesquisadores que buscam as informações gerenciadas.

Ele afirmou que a Casa presta apoio a todas as iniciativas da biblioteca como forma de mantê-la sempre atualizada e com a excelência de qualidade que ela apresenta. Para o senador, é

importante que esse centro de informações seja preservado com toda dedicação para continuar prestando melhor atendimento aos usuários.

Tuma mencionou o contrato firmado recentemente com a Universidade de Brasília (UnB) para a recuperação de livros antigos, como os volumes com os textos originais das primeiras Constituições brasileiras, que começaram a deteriorar-se.

– Nós não podemos permitir que o tempo, neste caso, seja a borracha da História.

Paulo Octávio quer incentivo para o primeiro emprego

Os jovens com idade entre 16 e 21 anos que estejam procurando seu primeiro emprego poderão ter a entrada no mercado de trabalho facilitada, caso seja aprovado projeto de lei do senador Paulo Octávio (PFL-DF). Pela proposta, as empresas que contratarem brasileiros nessas condições poderão deduzir em dobro, do cálculo do Imposto de Renda, as despesas com salários, encargos sociais e formação profissional desses empregados. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de onde seguirá para tramitação terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o projeto, para haver a dedução o jovem empregado precisa estar regularmente matriculado e frequentando curso de qualquer grau do sistema formal de educação. Para fazer a dedução no Imposto de Renda, o contrato de trabalho deverá ter duração superior a um ano.

Outra exigência à empresa que requisitar a dedução é a de estar em dia com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o



Célio Azevedo

“O projeto busca promover integração do jovem no mercado de trabalho”, diz Paulo Octávio

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O descumprimento desses requisitos sujeitará o empregador a multa de mil Ufirs, a ser destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

De acordo com Paulo Octávio, as novas tecnologias afetam a demanda de força de trabalho, já que elas exigem mão-de-obra cada vez mais versátil e adaptada aos novos tempos, o que torna difícil obter e manter emprego. “O projeto busca promover a integração do jovem estudante no mercado de trabalho”, justifica ele.

Serys divulga campanha para vítimas da guerra

Ao registrar que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) iniciará campanha nacional para arrecadar dinheiro em benefício das vítimas da guerra no Iraque, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) convidou parlamentares e servidores do Senado a contribuírem com a iniciativa e buscarem o apoio da população do Distrito Federal e dos estados brasileiros.

— Conscientes das atrocidades que vêm sendo cometidas contra homens, mulheres e, principalmente, crianças, podemos ajudar um pouco aos que estão sendo massacrados nesses tempos de

guerra. Além de contribuir para salvar vidas humanas, devemos repensar nosso papel na igualdade dos povos, independente de raça, cor e fé — afirmou Serys.

A campanha, iniciada ontem, terá duração de 90 dias. Segundo a senadora, nesse período as 268 dioceses estarão arrecadando qualquer quantia em depósitos bancários e no ofertório das missas. O tema será “O povo iraquiano continua sua luta pela paz”.

Serys registrou também a indicação da oficial Lílian Tereza de Lima para ocupar o posto de coronel na Polícia Militar de Mato Grosso. Ela comentou que essa é a primeira vez na história do estado que uma mulher chega a tal posição.

A parlamentar cumprimentou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo 30º aniversário. Ela destacou a realização de uma semana solidária, envolvendo os funcionários em campanha de doações de sangue, alimentos, livros, agasalhos e fraldas geriátricas. Todo o material arrecadado será repassado a instituições filantrópicas.



Rodrigo de Sá

Serys Slhessarenko também registrou os 30 anos de criação da Embrapa

Estados exportadores podem reduzir dívida

Projeto em votação na CAE prevê desconto progressivo nas parcelas das dívidas de estados que aumentem exportações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar nos próximos dias projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) que autoriza a União a conceder desconto mensal no pagamento das parcelas da dívida do Distrito Federal e dos estados que tenham bom desempenho nas exportações e saldos comerciais externos crescentes. Se for aprovado, o projeto seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a menos que seja apresentado recurso para votação em Plenário.

As parcelas mensais da dívida dos estados com a União representam 13% das receitas líquidas dos estados, de acordo com a lei aprovada em 11 de setembro de 1997, depois de uma longa negociação entre o então ministro da



Roosevelt Pinheiro

Após ser apreciada na comissão, proposta de César Borges deve seguir para a Câmara

Fazenda, Pedro Malan, governadores e o Senado. Pela lei, a União assumiu a dívida mobiliária dos estados e a refinanciou com juros de 8% ao ano e comprometimento de 13% da receita líquida estadual.

O projeto de lei do senador Cé-

sar Borges estabelece os seguintes percentuais de desconto, como estímulo às exportações: 5% de desconto para os estados que aumentem as exportações entre 5% e 9,99%; 10%, para crescimento das exportações entre 10% e 14,99%; 15%, para crescimento das exportações entre 15% e 19,99%; 20%, para crescimento das exportações entre 20% e 29,99%; e 25% de desconto para crescimento das exportações acima de 30%.

Em relação ao saldo comercial, os estímulos seriam de 5% para saldo comercial externo com superávit no montante de até 20% do valor das exportações e 10% para saldo comercial com superávit maior do que 20% do valor das exportações.

Paim defende poupança sem CPMF

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que isenta da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) as movimentações de caderneta de poupança, hoje taxadas em 0,38%. Atualmente, alguns bancos consideram isenta a aplicação mantida por mais de três meses, mas cobram o imposto se o dinheiro for retirado antes disso.

O objetivo do senador é incentivar as aplicações em cadernetas de poupança, investimento que gera recursos para financiar programas habitacionais do país. Paulo Paim sustenta que o elevado déficit habitacional, que chega a 5,3 milhões de residências, exige grandes quantidades de dinheiro, e os depósitos de poupança vêm crescendo com timidez, comparando-se com outras aplicações.

Isso porque a caderneta rende juro de 0,5% ao mês, mais a Taxa Referencial (TR), que é uma média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e, desde o segundo semestre do ano passado, a soma dos rendi-

Rendimento da poupança é baixo	
O sistema financeiro nacional acumula R\$ 140,5 bilhões em depósitos nas cadernetas de poupança. A rentabilidade da poupança, se comparada com outros tipos de investimento, é uma das menores, perdendo apenas para o dólar	
Tipo de aplicação	Rentabilidade no ano*
Poupança	3,57%
Bolsa de Valores de São Paulo	7,56%
CDB	6,66%
Renda fixa	7,58%
Dólar oficial	-15,00%
* Até o dia 24 de abril	
Fonte: Banco Central	

mentos tem ficado abaixo da inflação. O senador pelo Rio Grande do Sul observa que, se um aplicador for obrigado a fazer retiradas de sua caderneta ao final de um mês, a CPMF de 0,38% anula quase todo o juro de 0,5%.

— Além disso, é injusto que as aplicações em bolsas de valores sejam isentas de CPMF desde junho do ano passado e a caderneta seja taxada — acrescenta Paim.

Ele lembra que a poupança é o investimento das pessoas mais pobres, enquanto aplicadores em bolsas geralmente têm recursos a ponto de correr riscos. Conforme o senador, 61% das cadernetas

tem ficado abaixo da inflação. O senador pelo Rio Grande do Sul observa que, se um aplicador for obrigado a fazer retiradas de sua caderneta ao final de um mês, a CPMF de 0,38% anula quase todo o juro de 0,5%.

Assim, a isenção das cadernetas de CPMF — elas já não pagam Imposto de Renda — as tornaria mais atrativas, o que, a seu ver, será “de grande importância social”, pois a construção de casas populares aciona toda a economia, reduzindo o desemprego. O projeto de Paulo Paim já está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e tramita em decisão terminativa, ou seja, se aprovado poderá ser enviado diretamente ao exame dos deputados.

Virgílio diz que agência da Amazônia está paralisada

Organismo federal criado para estimular o desenvolvimento da região tem 250 projetos protocolados e sem análise desde 2001

A Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) encontra-se praticamente paralisada, com 250 projetos protocolados ainda sem análise, causando sérios prejuízos à região amazônica. A denúncia é do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informando que o mesmo não ocorre com a agência que cuida da Região Nordeste (Adene), que já está apreciando normalmente os novos projetos industriais que pretendem obter incentivos fiscais para se instalar nos estados nordestinos.

Arthur Virgílio atribuiu ao processo de inventariança da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com a análise dos casos pendentes para a efetiva liquidação da entidade, parte da indefinição e da inércia da ADA.

— Desde julho de 2001, nada foi



Arthur Virgílio lembra que o atraso no inventário da antiga Sudam é causa do problema

levado adiante em relação às isenções do Imposto de Renda, nem pela nova agência, nem pela inventariança — afirmou Arthur Virgílio, acrescentando que nenhuma nova providência foi adotada pelo Ministério da Integração Nacional para aprovar

projetos para a região.

O líder do PSDB criticou a redução do percentual de incentivo fiscal, de 100% para 75%, estabelecido pela Medida Provisória nº 2.199, de agosto do ano passado. Propôs a revogação dessa MP, com o retorno do patamar anterior de 100% do incentivo pelo prazo de dez anos, “permitindo o seu exercício desde o início de funcionamento, sem o diferimento de um ano, ora praticado”.

Além disso, Arthur Virgílio pediu a regularização das análises pendentes de processos encaminhados à ADA, estabelecendo prazo máximo de 90 dias para a tramitação dos pedidos de incentivos. No caso dos projetos relativos à capital amazonense, o senador solicitou que eles sejam analisados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Luiz Otávio pede salvação da castanha-do-pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) cobrou do governo federal a adoção de uma política de emergência destinada a salvar a produção da castanha-do-pará, conhecida no exterior como castanha-do-brasil, atividade que somente no estado do Pará



Luiz Otávio critica a União Europeia pelo rigor de suas barreiras sanitárias

emprega direta e indiretamente 35 mil pessoas, e que em 1998 chegou a exportar US\$ 15 milhões.

Ele informou que a exportação cai ano a ano (em 2002 foi de US\$ 12,6 milhões) em virtude do “excessivo rigor sanitário” estabelecido pela União Europeia quanto ao nível considerado aceitável de aflatoxina, substância proveniente de fungos. Para ele, essa barreira não-tarifária tem prejudicado a exportação do produto, em especial de sua variante com casca.

— O nível aceitável de aflatoxina em produtos importados pela União Europeia é sensivelmente mais baixo do que o nível internacionalmente aceito, estabelecido pela Organização Mundial de Saúde — disse.

Luiz Otávio afirmou que, com a queda persistente do preço da castanha, muitas áreas da floresta amazônica ricas em castanheiras têm tido outro tipo de aproveitamento econômico, como pasto para gado e áreas de agricultura,

normalmente de baixa produtividade. Além disso, observou, os caboclos que sempre viveram da extração da castanha estão migrando para as cidades, “num autêntico êxodo rural”.

Luiz Otávio sugeriu ao governo providências para “salvar” a produção, a começar pela qualificação da mão-de-obra que extrai a castanha da floresta. Ele lembrou que o manejo inadequado e as condições de armazenamento precários favorecem a contaminação da castanha pelo fungo que produz a aflatoxina. O senador também propôs a preservação dos castanhais e a criação de laboratórios especializados no controle de qualidade do produto.



Simon acha que Brasil deve se antecipar e aumentar a sua presença na região amazônica

Simon teme avanço estrangeiro sobre a floresta

Pedro Simon (PMDB-RS) mostrou-se preocupado com o interesse que os Estados Unidos e outros países vêm demonstrando pela Amazônia. Ele teme que haja um acirramento da cobiça internacional sobre a riqueza e o potencial hídrico da região. “Depois do petróleo, o interesse maior será pela água, que já começa a escassear em muitos pontos do globo”, alertou.

Na opinião do senador, o Brasil precisa se antecipar e aumentar sua presença na Amazônia, que, segundo afirma, já apareceria em mapas divulgados nos Estados Unidos como uma área internacional, separada do território brasileiro”. Simon apresentou essa preocupação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no último dia 24.

Ana Júlia aponta saída para as madeireiras

O investimento em pesquisa e novas tecnologias foi citado pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) como uma das saídas possíveis para se modernizar a extração de madeira no Pará. Nos últimos anos, observou, o setor perdeu competitividade e produtividade, diminuindo sua importância no mercado consumidor mundial e na balança comercial brasileira.

— O setor não faz grandes mudanças no padrão de produção. Continua a convicção de que a atividade madeireira é transitória, o que impede o surgimento de um padrão sustentável de uso dos recursos florestais e de gestão empresarial. Não há estratégia de longo prazo de crescimento da empresa, abertura de novos mercados, ampliação e diversificação da produção — criticou Ana Júlia.

Segundo a senadora, a maioria



Ana Júlia revela que as serrarias estão hoje com 40% da capacidade ociosa

dos empresários do setor se preocupa somente em assegurar que o mogno não seja colocado na lista da Convenção Internacional de Espécies Ameaçadas. Com 40% da capacidade das serrarias ociosa, os madeireiros, com exceção da Associação

das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará (Aimex), não estariam investindo nas áreas de transporte, qualificação de mão-de-obra e competência tecnológico-administrativa.

O aumento do processamento dos resíduos da produção é indicado pela senadora como solução para o setor. Ela narrou a experiência de uma empresa de Paragominas (PA) que acoplou forno de alta temperatura para queimar resíduos a um gerador de energia, e investiu no reflorestamento de espécies de crescimento rápido.

País terá de importar madeira, alerta Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) revelou que, a partir de 2004, vai faltar madeira de florestas plantadas no Brasil e o país será obrigado a importar madeira de países como o Uruguai e a Argentina. O parlamentar disse ter obtido a informação na página da Aracruz Celulose (maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto) na Internet. Para o senador, o governo deve empreender medidas urgentes para sanar o problema.

Lobão lamenta que, mesmo que o governo faça um forte programa de plantios, o ciclo de crescimento de uma árvore, para fins econômicos, exige tempo para maturação não menor do que sete anos. O senador lembrou que o Uruguai e a Argentina usufruem hoje do inteligente planejamento de política florestal e estão aptos a exportar madeira para o Brasil, embora a produtividade do país no setor florestal seja dez vezes superior à observada nos países líderes.

Segundo o senador, nas nações europeias exportadoras de madeira não há risco de desmatamentos, e para cada árvore cortada com



Lobão diz que país poderá importar madeira uruguaia e argentina a partir de 2004

fins econômicos planta-se outra. No Japão, foram plantadas 10 milhões de árvores em 682 mil hectares. Já no Brasil, não se chegou a 5 milhões de árvores plantadas, apesar de ter um enorme território e clima propício.

— Algo precisa ser azeitado na nossa estrutura de planejamento florestal. A começar, segundo as lideranças do setor, pela criação de uma secretaria de florestas plantadas no Ministério da Agricultura, que traçaria e coordenaria a política de toda a cadeia de produção, industrialização e comercialização — afirmou o senador, que defendeu linhas de crédito, fomento florestal nas pequenas e médias propriedades rurais e simplificação da legislação.